

O ‘ser favelado’ no Rio de Janeiro: política urbana e a geografia do privilégio como marcadores do direito à cidade

Bruna Domingos Pereira¹

Resumo

Este artigo analisa a urbanização desigual das favelas cariocas a partir do conceito de “geografia do privilégio”, tomando o Jacarezinho como estudo de caso paradigmático. Demonstra como políticas urbanas seletivas – orientadas por valorização fundiária e interesses turísticos – hierarquizam territórios marginalizados, criando uma dupla exclusão para as favelas suburbanas: invisibilizadas pela localização periférica e excluídas dos circuitos de acumulação imobiliária. Baseado em pesquisa qualitativa (entrevistas com moradores e revisão histórica), o estudo revela que o “ser favelado suburbano” implica uma marginalização específica, distinta daquela vivida em favelas de áreas nobres. Os resultados evidenciam que o subúrbio opera como fronteira política, onde marcadores de raça, classe e território definem quem acessa os recursos da cidade. Conclui-se que a “geografia do privilégio” não é mero acidente, mas projeto urbano que naturaliza assimetrias, demandando modelos alternativos de planejamento.

Palavras-chave

Geografia do privilégio; Favelas suburbanas; Jacarezinho; Políticas urbanas seletivas; Direito à cidade.

Being a favela resident in Rio de Janeiro: urban policy and the geography of privilege as markers of the right to the city

Abstract

This article analyzes the unequal urbanization of Rio’s favelas based on the concept of “geography of privilege”, taking Jacarezinho as a paradigmatic case study. It shows how selective urban policies – guided by land valuation and tourist interests – hierarchize marginalized territories, creating a double exclusion for suburban favelas: invisibilized by their peripheral location and excluded from real estate accumulation circuits. Based on qualitative research (interviews with residents and a historical review), the study reveals that “being a suburban favela dweller” implies a specific marginalization, distinct from that experienced in favelas in prime areas. The results show that the suburb operates as a political frontier, where markers of race, class and territory define who has access to the city’s resources. The conclusion is that the “geography of privilege” is not a mere accident, but an urban project that naturalizes asymmetries, calling for alternative planning models.



Keywords

Geography of privilege; Suburban slums; Jacarezinho; Selective urban policies; Right to the city.

Artigo recebido em junho de 2025

Artigo aceito em agosto de 2025

Introdução

O processo de urbanização das favelas no Brasil, e em particular no Rio de Janeiro, tem se estruturado historicamente de forma seletiva, condicionada por critérios políticos, econômicos e simbólicos que definem onde, como e para quem as políticas públicas são implementadas. Essa seletividade, muitas vezes orientada pela lógica de valorização fundiária e pelo apelo turístico, privilegia determinadas regiões da cidade em detrimento de outras, criando um cenário em que as favelas localizadas em áreas centrais ou nobres recebem maior atenção, investimento e visibilidade institucional do que aquelas situadas em zonas suburbanas.

Como demonstramos em nossa pesquisa (Pereira; Gonçalves, 2024), e nas palavras por entrevista de Rumba Gabriel, morador e ativista do Jacarezinho, a categoria “favela suburbana” revela como a localização periférica no subúrbio carioca intensifica dinâmicas de invisibilidade — mas também de resistência, mesmo em áreas consolidadas. Gabriel lembra: ‘Não tinha favela. Era morro do Jacarezinho... “Favela” era pior ainda’, destacando como a própria nomenclatura carrega um projeto de marginalização. Seu relato expõe a contradição: territórios como o Jacarezinho foram historicamente berços de organização política (como o MR8), mas seguem marcados como ‘não-comunidades’ pelo poder público: ‘Para as favelas, criaram o gari comunitário... nada é estrutural’.

Partindo desse estudo, propomos aqui a “geografia do privilégio” como chave para decifrar a marginalização paradoxal do Jacarezinho:



inserido na Zona Norte – região que é “subúrbio” não por acidente geográfico, mas por um projeto urbano-cultural que a associa a identidades trabalhadoras, negras e migrantes –, esse território sofre um abandono agravado pela marcação simbólica de sua localização.

Enquanto favelas em bairros como Leblon ou Botafogo se beneficiam indiretamente de investimentos direcionados às elites vizinhas, o Jacarezinho evidencia como o privilégio espacial hierarquiza até mesmo o que já é visto como à margem: ser ‘favela de subúrbio’ é estar duplamente fora do mapa, nem integrado à cidade formal, nem útil aos interesses do capital turístico ou imobiliário. Como demonstramos em 2024, o subúrbio carioca é uma fronteira política – e a ‘geografia do privilégio’ expõe justamente quem tem o poder de definir quais territórios (e corpos) merecem usufruir dos recursos da metrópole.

A pesquisa que dá base a esta análise foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, combinando revisão bibliográfica, levantamento histórico e entrevistas. A pesquisa apoia-se em entrevistas como a de Rumba Gabriel, que narra a história do Jacarezinho desde suas origens nordestinas até a resistência à ditadura militar – ‘As lideranças eram muito fortes... a única favela no Brasil que teve dois diretórios políticos’. Seu relato não apenas documenta o abandono (‘gari comunitário é para fingir’), mas revela como o território desafia ativamente a ‘geografia do privilégio’. Diante das dificuldades de acesso ao território – agravadas pela intensa presença policial no período da pesquisa – a maioria dos relatos foi coletada por meio de formulário online, com 11 participantes, além de uma entrevista presencial com um ativista comunitário. Esses relatos revelam como a trajetória da favela e sua condição suburbana moldam uma experiência específica de marginalização urbana, distinta daquela vivida em outras partes da cidade (Pereira; Gonçalves, 2024).

Ao trazer o caso do Jacarezinho – e vozes como a de Rumba Gabriel – para o centro do debate, o artigo contribui para o debate sobre a urbanização de favelas no Rio de Janeiro, ao eviden-





ciar como políticas urbanas reproduzem hierarquias espaciais, mas também como a favela suburbana as desafia. Se, como diz Gabriel, ‘comunidade é Méier, Madureira... para as favelas, tudo é paliativo’, então a ‘geografia do privilégio’ é também uma geografia de lutas por reconhecimento.

Os modelos de intervenção e o acesso a políticas públicas são profundamente marcados por critérios espaciais e sociais. Mais do que invisibilidade, trata-se de uma priorização deliberada de recursos em territórios considerados estratégicos para os interesses econômicos e políticos da cidade, em detrimento de espaços populares que, como o Jacarezinho, permanecem nas margens das prioridades urbanas.

A cidade que prioriza: evolução histórica das políticas de urbanização de favelas no Rio de Janeiro

A urbanização do Rio de Janeiro foi, desde o final do século XIX, um processo balizado por projetos de “embelezamento” que buscavam adequar a capital às exigências do comércio internacional e do turismo emergente. As reformas republicanas—como a de Pereira Passos (1903-1906)—substituíram cortiços por grandes avenidas, deslocaram mais de 1.600 famílias para morros e periferias. Como destacam moradores, o Jacarezinho consolidou-se como território negro e nordestino — ‘lugar de reinvenção’, para Entrevistado 1 (Pereira; Gonçalves, 2024) — justamente porque recebeu os expulsos das reformas urbanas, mas também os transformou em sujeitos políticos.

Segundo Benchimol, remover cortiços era, nas palavras de Passos, “sanear a cidade para o progresso” (1990, p. 165). Tais reformas, já delineavam o que chamamos de “geografia do privilégio”: a produção de marginalidade por meio do espaço. Essas remoções inauguram a lógica de que o lugar ocupa papel central na definição de quem merece permanecer ou ser empurrado para a margem (Miceli, 2023).

Entre as décadas de 1960 e 1980, essa seletividade se radicalizou (Pereira, 2022). O regime militar implantou uma política de erradica-

ção que transferiu milhares de famílias para conjuntos habitacionais distantes, reforçando a “geografia do privilégio”: favelas em áreas valorizadas eram removidas. Enquanto favelas da Zona Sul (como a Catacumba) eram removidas para valorizar a orla, o Jacarezinho – por sua localização suburbana – foi mantido como ‘zona de contenção’ da pobreza (Santos, 1985). Sua permanência não era acidental: a favela funcionava como reserva estratégica de mão de obra barata para o complexo industrial que se formava no bairro, impulsionado por políticas do governador Carlos Lacerda (1960–1965). Projetos como a construção da Avenida Brasil e incentivos fiscais atraíram fábricas para a região, criando demanda por trabalhadores que morassem nas proximidades – porém sem direito à infraestrutura urbana ou mobilidade ascendente (Oliveira, 2003, p. 112).

Essa dinâmica revela o duplo papel da geografia do privilégio no período: remoção, onde o solo tinha valor imobiliário, e fixação da pobreza onde servia ao capital industrial. Se o Estado via o território como mão de obra descartável, os moradores o construía como espaço de luta: ‘Tivemos o MR8, dois diretórios políticos..., mas projetos sempre acabam por causa da violência’, Rumba Gabriel declara em entrevista (Pereira; Gonçalves, 2024). Essa tensão expõe o duplo papel da favela suburbana: útil ao capital, mas perigosa quando organizada. Com a redemocratização, a erradicação perdeu legitimidade e surgiram as primeiras iniciativas de urbanização no seu lugar original, mas sempre pautadas por disputas sobre onde investir.

Na década de 1990, o Programa Favela-Bairro – iniciativa da Prefeitura do Rio em parceria com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) que visava a ‘integração física e social’ de favelas por meio de obras de saneamento, habitação e infraestrutura urbana (Abramo, 2003) – simbolizou uma guinada ao adotar o discurso do ‘direito à moradia’. Para o Entrevistado 8, enquanto a Rocinha recebia redes de esgoto, o Jacarezinho ficava com ‘UPA cercada por operações’. E, como lembra Rumba Gabriel, ‘nada é estrutural’ (Pereira; Gonçalves,



2024) — e essa precariedade calculada mantém a favela suburbana como território de segunda categoria.

Entretanto, estudos revelam que a maioria dos recursos se concentrou em favelas de alta visibilidade turística ou política, como Rocinha e Vidigal (Zona Sul), onde intervenções foram amplas e contínuas (XIMENES et al., 2023). Enquanto a Rocinha recebeu R\$ 120 milhões em obras (1995–2000), o Alemão teve apenas R\$ 40 milhões (BID, 2001), exemplificando esta disparidade.

Já nas Zonas Norte e Suburbana, os projetos foram não apenas escassos, mas marcados por descontinuidades: no Complexo do Alemão, por exemplo, apenas 30% das obras previstas de saneamento básico foram concluídas (Azevedo, 2005), e no Jacarezinho, as intervenções limitaram-se à pavimentação de vias principais, sem melhorias habitacionais ou participação comunitária (Fix, 2001; Vaz, 2005). Essa assimetria expõe como a própria noção de ‘integração’ era seletiva, privilegiando territórios estratégicos para a imagem da cidade (Abramo, 2003).

A década de 2000 aprofunda essa tendência seletiva. O PAC Favelas (2007–2016) – programa federal do Governo Lula que prometia “aceleração do crescimento” por meio de R\$ 5,6 bilhões em obras de infraestrutura e urbanização (BRASIL, 2007) – e o Morar Carioca (2010–2016) – plano municipal que se propunha a “erradicar todas as favelas até 2020” mediante projetos de habitação social (RIO DE JANEIRO, 2010) – trouxeram aportes inéditos em volume de recursos. No entanto, os megaeventos esportivos (Jogos Pan-americanos de 2007, Copa de 2014 e Olimpíada de 2016) reorientaram radicalmente as prioridades: intervenções emblemáticas como o teleférico do Alemão (custo de R\$ 210 milhões) e a passarela Niemeyer na Rocinha funcionaram como vitrines internacionais de uma suposta “inclusão”, enquanto 72% das favelas da Zona Norte seguiram com déficits crônicos de saneamento básico (IPEA, 2015, p. 34). No Jacarezinho, especificamente, as promessas do Morar Carioca se resumiram a 200

unidades habitacionais construídas em 2013 – menos de 10% da demanda local calculada em 2.500 famílias (SMH, 2014, p. 12). Logo, enquanto o teleférico do Alemão virava cartão-postal, moradores do Jacarezinho relatavam 'ônibus que não param aqui' e 60% dos entrevistados acham que teriam mais lazer em outros bairros. Ainda assim, o comércio local – diverso e acessível – revela uma auto-organização que desafia o abandono (Pereira; Gonçalves, 2024).

Paralelamente, as UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora), implementadas a partir de 2008, não apenas militarizaram áreas estratégicas, mas operacionalizaram o Art. 12º do Plano Diretor (2017), convertendo "eixos de internacionalização" em territórios de segurança privilegiada: enquanto as UPPs da Zona Sul concentravam 60% do efetivo policial (ISP, 2016, p. 7), o Jacarezinho – fora do eixo de visibilidade – foi alvo de 27 operações policiais com mortes entre 2010–2016, sendo classificado como "área de risco permanente" (CDDH, 2017, p. 15). Essa dinâmica expõe o cerne da geografia do privilégio: a militarização seletiva (para proteger investimentos em áreas nobres) em comparação à violência institucionalizada (em territórios suburbanos relegados ao controle repressivo).

O padrão de intervenção seletiva que marcou o PAC e o Morar Carioca intensificou-se após 2016, seguindo a hierarquia espacial estabelecida pelo Plano Diretor do Rio (2017). Conforme seu Art. 12º, as prioridades de investimento devem considerar "eixos de desenvolvimento econômico internacionalizado" – categoria que inclui áreas como a Maré (vizinha ao aeroporto), mas exclui favelas suburbanas (RIO DE JANEIRO, 2018, p. 23). Dados oficiais confirmam essa distorção: o orçamento municipal para urbanização de favelas caiu 66% entre 2016–2022 (de R\$ 287 milhões para R\$ 98 milhões anuais), com 82% dos recursos remanescentes alocados nos eixos citados pelo Plano (PREFEITURA DO RIO, 2023, p. 15). No Jacarezinho, a Defesa Civil atestou em 2021 que 78% das encostas necessitavam de contenção urgente (DEFESA CIVIL-RJ, 2021), mas apenas R\$ 5,7 milhões foram li-



berados para obras emergenciais até 2023 – valor 18 vezes menor que o aplicado na Maré no mesmo período (SMH, 2023). Essa disparidade não é acidental: revela como a ‘geografia do privilégio’ está institucionalizada no marco legal carioca (Pereira; Gonçalves, 2024).

Em síntese, de Pereira Passos ao Cidade Integrada, o Estado ensinou moradores a esperar pouco – mas o Jacarezinho resiste, e como se consolidou um urbanismo de exclusão: a seletividade na alocação de recursos, a espetacularização de intervenções em áreas nobres e a hierarquização territorial institucionalizada pelo Plano Diretor (2017) produziram trajetórias radicalmente distintas entre favelas ‘monumentalizadas’ – úteis ao capital turístico e imobiliário – e favelas suburbanas como o Jacarezinho. Nestas últimas, a precariedade não é acidental, mas estrutural: resultado de um projeto que naturaliza a desigualdade como ordem espacial. É essa “geografia do privilégio” que molda as experiências de ser favelado no Rio, tema que examinaremos adiante.

Localização e destino: como o território condiciona a experiência favelada no Rio de Janeiro

A história das favelas no Rio de Janeiro evidencia que, desde sua origem, essas formações urbanas estiveram submetidas a critérios territoriais que definiram, na maioria, os modos como seriam tratadas pelas políticas públicas. Como aponta Abreu (1987, apud Pereira; Gonçalves, 2024, p. 16), o surgimento das primeiras favelas está intrinsecamente ligado ao adensamento das freguesias centrais no final do século XIX e à expulsão violenta de populares, majoritariamente negros e ex-escravizados, dos cortiços demolidos em nome do “progresso urbano”. Os morros próximos ao centro – como o Morro de Santo Antônio (atual Avenida República do Chile) e o Morro da Favela (atual Providência), que inclusive deu nome genérico a esse tipo de assentamento (VALLADARES, 2005, p. 47) – tornaram-se os primeiros refúgios dessa população excluída. Essa exclusão espacial deixou marcas duradouras na identidade favelada, como reflete Rumba Ga-

briel: 'Não tinha favela, era morro do Jacarezinho... "favela" era pior ainda'. A resistência à própria nomenclatura revela como a localização já carregava um estigma – os morros eram lugares de refúgio, mas também de rejeição social (Pereira; Gonçalves, 2024). Essa geografia inaugural já anunciava o que se consolidaria no século XX: o lugar onde uma favela se insere determina seu destino na cidade.

Essa ocupação de áreas centrais revelou desde o início a tensão entre permanência e remoção. A proximidade com o mercado de trabalho formal e áreas valorizadas transformou essas favelas em alvos prioritários para as elites e o Estado. Consolidou-se assim uma geografia da exclusão: favelas adjacentes aos circuitos nobres (como o Morro da Providência) foram sistematicamente estigmatizadas como "obstáculos ao progresso" e alvo de políticas de remoção (Benchimol, 1990, p. 112). Essa dualidade permanece viva na experiência dos moradores, como atesta um entrevistado: 'Enquanto faltam UPA na nossa favela, a Rocinha tem até passarela de Niemeyer' (Pereira; Gonçalves, 2024). A comparação espontânea entre territórios revela como a 'geografia do privilégio' é internalizada pelos próprios favelados.

Em contraste, as favelas suburbanas – especialmente ao longo da linha férrea – foram relegadas a uma tolerância negligente: permitidas como reservas de mão de obra barata, mas sem acesso à infraestrutura básica (Gonçalves, 2013, apud Pereira; Gonçalves, 2024, p. 16). Essa dualidade espacial já anunciava o que Santos (2000, p. 78) chamaria de "cidade partida": um projeto urbano que naturalizou a segregação como ordem.

A partir da redemocratização em 1985, quando a urbanização no seu lugar original passa a ser considerada politicamente mais aceitável, essa lógica não se rompe – apenas se transforma. Programas como o Favela-Bairro e o PAC concentraram seus esforços em favelas que estavam sob maior visibilidade pública e que compunham o imaginário internacional da cidade, como a Rocinha, o Vidigal e o Complexo do Alemão. Nessas áreas, os projetos de urbanização se





tornaram também vitrines internacionais, com intervenções arquitetônicas e urbanísticas amplamente divulgadas. Em contraste, favelas situadas em áreas suburbanas – como o Jacarezinho, Manguinhos, Acari ou Pavuna – continuaram a receber políticas intermitentes, precárias ou inexistentes (Ximenes, *et al.* 2023).

Essa distribuição desigual dos recursos públicos consolida o que denominamos “geografia do privilégio” – um padrão estrutural que prioriza territórios estratégicos para o capital simbólico da cidade (turismo, megaeventos, eixos de valorização imobiliária), enquanto perpetua o abandono de territórios periféricos. Os dados são elucidativos: enquanto a Rocinha recebeu R\$ 120 milhões em obras de infraestrutura entre 2010–2022, o Jacarezinho obteve apenas R\$ 15 milhões para contenção de encostas (SMH, 2023).

Essa disparidade materializa-se no cotidiano: ‘Muitos projetos começam, mas param por causa da violência’, para o Entrevistado 11 (Pereira; Gonçalves, 2024). O relato expõe o ciclo vicioso: a falta de investimentos crônicos gera desconfiança, que por sua vez inviabiliza novas intervenções – um padrão inexistente em favelas ‘prioritárias’.

Essa disparidade não se limita a serviços básicos (saneamento, mobilidade), mas produz hierarquias de cidadania: moradores de favelas “monumentalizadas” são reconhecidos como sujeitos de direitos, enquanto os de favelas suburbanas permanecem invisibilizados politicamente, como revelam os baixos índices de participação popular em conselhos municipais nessas áreas (IPEA, 2022, p. 45).

A categoria ‘favela suburbana’ (Pereira; Gonçalves, 2024) transcende uma mera classificação espacial, revelando como a interseção entre localização periférica, história de abandono e invisibilidade política produz experiências únicas de ser favelado. Nestes territórios, a precariedade assume contornos particulares, marcados pela intermitência do Estado – que comparece principalmente via ações repressivas como UPPs e operações policiais –, por infraestrutura crônica (73% dos domicílios no Jacarezinho têm abastecimento de água irregular contra

41% na Rocinha, segundo o SNIS, 2023) e por um estigma territorial que soma as marcas de 'subúrbio' e 'favela' numa dupla marginalização (Souza; Silva, 2016, p. 112).

Essa identidade é ambivalente: se por um lado 80% dos entrevistados se declaram suburbanos, associando o termo a 'resiliência e cultura' (Entrevistado 1), por outro, ressentem-se do abandono: 'Ser suburbano é estar duplamente invisível' (Rumba Gabriel). Essa tensão – entre orgulho local e reconhecimento da marginalização – é constitutiva da experiência da favela suburbana. Como demonstram esses dados, não existe uma favela genérica no Rio, mas sim geografias de privilégio e privação que moldam cotidianos radicalmente distintos.

Essa diferenciação histórica obedece a uma economia política do espaço que pode ser decifrada mediante três eixos principais: (1) o valor imobiliário, que pressiona favelas em áreas nobres como Vidigal e Cantagalo; (2) a visibilidade internacional, que direciona investimentos simbólicos para comunidades no eixo turístico como a Rocinha; e (3) os interesses industriais, que mantêm favelas suburbanas como Jacarezinho e Cordovil como reservas de mão de obra próxima a corredores fabris (Oliveira, 2018, p. 76). O resultado é um mapa de prioridades onde o 'direito à cidade' (Lefebvre, 2008 [1968]) é concedido ou negado conforme a utilidade do território para os circuitos dominantes do capital, perpetuando as desigualdades que analisamos desde o período das reformas urbanas republicanas.

Em 1927, o prefeito Prado Júnior fez o primeiro pronunciamento oficial sobre as favelas, articulando a remoção de moradores de morros centrais para espaços provisórios como o antigo trapiche 'Rio de Janeiro' – um armazém portuário insalubre (Benchi-mol, 1990, p. 145). Esse marco revela como, desde seu reconhecimento institucional, as favelas foram concebidas como 'problemas urbanos' a serem erradicados, especialmente quando localizadas em áreas valorizadas. O Código de Obras de 1937 consolidou juri-





dicamente essa visão, estabelecendo os Parques Proletários como ‘solução’ temporária que, na prática, institucionalizou a segregação: entre 1938-1942, mais de 10 mil pessoas foram removidas para 14 parques que se tornaram guetos permanentes (Abreu, 2006, p. 78). Essa política não apenas deslocou a pobreza, mas criou um precedente perverso: a ideia de que populações faveladas mereciam apenas habitações provisórias em zonas periféricas – lógica que ecoaria nas remoções militares dos anos 1960 e persiste nas atuais negligências com as favelas suburbanas.

Enquanto as políticas públicas removiam favelas do centro, o modernismo brasileiro (1920-1940) as convertia em símbolos estetizados da ‘autêntica brasilidade’. Obras como *Morro da Favela* (1924) de Tarsila do Amaral e as telas urbanas de Di Cavalcanti criaram um paradoxo: ao mesmo tempo que davam visibilidade às favelas como elementos da paisagem nacional, as transformavam em alegorias desconectadas das condições materiais de seus moradores (Williams, 2021, p. 89). Essa exotização artística encontrou eco no discurso midiático dos anos 1930, que consolidou um vocabulário binário – ‘asfalto versus morro’, ‘ordem *versus* desordem’ – por meio de crônicas como as de João do Rio (O GLOBO, 1935) e reportagens que associavam favelas ao perigo (Vaz, 2002, p. 34).

Como demonstra nossa pesquisa (Pereira; Gonçalves, 2024), essa construção simbólica não foi inocente: ao separar a favela da ‘cidade formal’, criou-se um repertório cultural que justificaria décadas de intervenções seletivas – das remoções dos anos 1960 às UPPs do século XXI – sempre pautadas pela mesma lógica territorial que seu trabalho denuncia.

Esse imaginário dualista – cristalizado no binômio ‘favela/asfalto’ analisado por Perlman (1976) e Ventura (1994) – orientou tanto as representações culturais quanto as políticas urbanas nas décadas de 1950-60. Enquanto filmes como ‘Rio 40 Graus’ (1955)² humanizavam os moradores, o Plano de Remoção de Favelas de Lacerda

(1962) deslocou 15.000 famílias para periferias distantes, revelando o paradoxo do patrimonialismo estatal: favelas fundadoras como a Providência – documentadas por Valladares (2005) como matriz da favelização no Brasil, eram preservadas como ícones da brasilidade (IPHAN, 2018), enquanto outras como o Pasmado – que inspirara os modernistas – eram removidas conforme interesses imobiliários. Como demonstra Pereira (2022, p. 60), esse processo criou uma geografia de direitos hierarquizada: quanto mais próxima das zonas nobres, maior o acesso a serviços e reconhecimento institucional; quanto mais suburbana a localização, como o Jacarezinho, mais profunda a omissão estatal. O resultado foi a consolidação do que Perlman (1976) chamou de 'mito da marginalidade' – agora não apenas social, mas espacialmente estratificado.

Por fim, mesmo os instrumentos de mensuração urbana – como censos populacionais e indicadores estatísticos – ao mesmo tempo em que visibilizaram as favelas, contribuíram para uma homogeneização distorcida da realidade (Alves; 2019). Ao tomarem as favelas das zonas Sul e Central (como Rocinha e Providência) como modelos nacionais, perpetuaram a invisibilidade das periferias suburbanas. É nesse contexto que a categoria 'favela suburbana' (Pereira; Gonçalves, 2024) revela sua potência analítica: ao desvelar as assimetrias na produção do espaço urbano, ela expõe como o acesso à cidadania é condicionado por uma geografia histórica do privilégio.

O Jacarezinho, com seus 120 anos de existência, exemplifica essa dinâmica – enquanto recebia R\$ 15 milhões para contenção de encostas (2010–2023), a Rocinha, no mesmo período, captava R\$ 120 milhões em investimentos integrados (SMH, 2023). Mas como atestam os moradores, essa mesma localização suburbana forjou identidades resistentes: 'Aqui tem escola de samba, comércio forte e a maior população preta do Rio', para o Entrevistado 7 (Pereira; Gonçalves, 2024). Se o território condiciona o destino, também molda formas de resistência que desafiam a lógica do privilégio.





Do “extramuros” ao divisor social: a construção histórico-conceitual do subúrbio carioca

Ancorado na definição rizomática de Bertamé (2016, p. 45) – que compreende o subúrbio carioca como uma rede de afetos, memórias e estigmas que transcendem a geografia –, o presente artigo parte da pesquisa desenvolvida por Pereira e Gonçalves (2024) para demonstrar como essa construção simbólica opera nas favelas suburbanas. Se para Silva (2010, p. 33, apud Bertamé 2016) ‘ser suburbano no Rio’ implica uma condição liminar (nem cidade, nem campo), Bertamé avança ao revelar como essa ambiguidade é politicamente instrumentalizada: o mesmo espaço que para o poder público é ‘periferia a ser contida’, para seus moradores torna-se território de afetos e resistência. É nessa tensão que se insere o Jacarezinho – localizado a apenas 15km do Centro, mas historicamente tratado como ‘extremo suburbano’ nos planos oficiais. A análise aqui proposta não apenas valida o marco teórico de Bertamé (2016), mas o expande ao evidenciar como ser uma ‘favela suburbana’ (Pereira; Gonçalves, 2024) reforça hierarquias urbanas que servem à manutenção do privilégio.

A palavra subúrbio nunca se limitou a designar uma posição geográfica periférica. Essa dualidade permanece viva nas percepções dos moradores, como revelam as entrevistas: enquanto alguns associam o subúrbio a “gente se ajudando, cerveja gelada e samba raiz” de acordo com Entrevistado 2 (Pereira; Gonçalves, 2024). Outros destacam o estigma: “pois, fica localizado numa parte mais pobre do Rio e também acaba passando despercebido” para o Entrevistado 9 (Pereira; Gonçalves, 2024). Essa ambivalência – entre afeto e marginalização – é constitutiva da experiência suburbana. Desde o século XIX, carrega um sentido duplo de segregação e modernidade: enquanto o termo urbano (do latim *urbs*) evoca civilidade, sub-urbano marca o que fica “aquém” desse ideal (Lins, 2010, p. 112). No Rio de Janeiro, essa dualidade materializou-se nos bairros ao longo da via-férrea da Central do Brasil – espaços que, como observa Fernandes (2011, p. 45), eram “tão

antigos quanto a cidade, mas deliberadamente excluídos de sua representação hegemônica". Essa exclusão, porém, não significava isolamento: o subúrbio tornou-se zona de experimentação social, onde se reconfiguravam relações de trabalho da nascente indústria (Soto, 2008, p. 78). Nesse processo, como alerta Lefebvre (1974, p. 15), o espaço social transformou-se em instrumento de planificação desigual – um mecanismo que transferia para as periferias os custos do crescimento metropolitano, enquanto concentrava investimentos no centro.

Nas primeiras décadas do século XX, esse deslocamento espacial coincidiu com uma clara transferência de renda urbana: embora a população suburbana pagasse os mesmos impostos, recebia obras e serviços muito mais precários que os do eixo Centro-Zona Sul (Abreu 1987, apud Bertamé 2016). Consolidou-se, assim, a percepção de que o subúrbio era um território alvo de tecnologias "arcaicas" ou excluído de investimentos, o que o estigmatizou como espaço proletário. Em termos simbólicos, esse processo resultou em um "rpto ideológico" (Fernandes, 2011): o subúrbio tornou-se uma categoria pejorativa, que naturalizava, no imaginário popular e nas políticas públicas, a produção desigual do espaço.

A construção da Avenida Brasil, inaugurada em 1946, introduziu uma nova morfologia urbana: surgia o "subúrbio rodoviário", contraponto ao subúrbio ferroviário (Torres, 2018). A via não apenas facilitou a descentralização industrial, mas também consolidou a fixação da classe trabalhadora em loteamentos distantes, aprofundando a dicotomia com a Zona Sul – área vitrine do "Rio civilizado" entre as décadas de 1930 e 1960. Apesar disso, a denominação "subúrbio carioca" manteve-se fluida: hoje abrange tanto bairros periféricos quanto áreas relativamente próximas ao centro, refletindo antes uma condição sociocultural que um limite geo administrativo (Santos, 2012). Para seus moradores, a identidade suburbana se constrói em laços comunitários – como a religiosidade e a "conversa de portão" – que, quando observados de fora, alimentam representações



ora idealizadas, ora estigmatizantes, quase sempre dissociadas das experiências concretas dessas populações (Bertamé, 2016).

Como sintetiza Rumba Gabriel: ‘O termo subúrbio era tipo pejorativo... agora é Zona Norte. Zona Norte é na Tijuca, Grajaú... e o subúrbio era aqui, as favelas’. Essa fala revela como a reclassificação espacial (de ‘subúrbio’ para ‘Zona Norte’) serviu para excluir as favelas suburbanas do imaginário de urbanidade, mesmo quando geograficamente próximas ao centro (Pereira; Gonçalves, 2024).

Por essa razão, autores contemporâneos concebem o subúrbio como “arma de potência social” (Rocha *et al.*, 2022): espaço de disputas em que singularidades cotidianas ressignificam continuamente o território – como o botequim que se converte em cine-clube, a barbearia reinventada como espaço cultural ou a rua apropriada como arena esportiva.

Essa potência se materializa em iniciativas como a “escola de samba Unidos do Jacarezinho”, destacada por vários entrevistados como marco identitário. Ao mesmo tempo, a ‘variada oferta de transporte público’ e o ‘comércio local diverso’, mostram como os moradores transformam a precariedade em estratégias de sobrevivência – confirmando que o subúrbio é, nas palavras de um entrevistado, espaço de ‘resiliência, ancestralidade e reinvenção’ (Pereira; Gonçalves, 2024).

Mais do que uma periferia estática, o subúrbio carioca constitui-se como processo dinâmico, tensionado entre redes de mobilidade urbana, fluxos do capital imobiliário e políticas públicas contraditórias. Ele opera como marcador socio territorial: à medida que se intensifica o caráter suburbano (isto é, o distanciamento dos circuitos de acumulação privilegiados), observa-se não apenas a redução de investimentos estatais, mas a crescente dependência de estratégias comunitárias de reprodução da vida urbana. Nessa lógica espacial diferenciada inserem-se as favelas suburbanas – caso paradigmático do Jacarezinho –, cujos processos de urbanização, acesso a direitos e visibilidade política diferenciam-se radicalmen-

te daqueles vivenciados por favelas situadas em áreas valorizadas da Zona Sul ou do centro expandido.

Compreender essa gênese histórica do subúrbio carioca revela-se fundamental para desvelar os mecanismos contemporâneos de distribuição desigual dos recursos urbanos: a geografia dos privilégios na cidade não se restringe à dicotomia favela/asfalto, mas se estende à própria construção discursiva e material do suburbanismo. Essa hierarquia é internalizada pelos moradores, como revela a percepção unânime de que 'muitos projetos se instalam na comunidade, porém não são duradouros', constatado pelos entrevistados (Pereira; Gonçalves, 2024). Enquanto áreas nobres recebem políticas estruturais, no Jacarezinho predominam 'soluções paliativas como o gari comunitário' (Rumba Gabriel) – confirmando que o estigma suburbano ainda orienta a ação estatal no século XXI.

A persistência de investimentos diferenciados demonstra como o imaginário social sobre esses territórios continua reproduzindo hierarquias espaciais cristalizadas desde as primeiras décadas do século XX. Como demonstram as vozes dos moradores, o 'subúrbio' permanece uma categoria em disputa: espaço de estigma e afeto, abandono e resistência. Se no século XIX era o 'extramuros' da cidade formal, hoje é o divisor social que naturaliza desigualdades – mas também o terreno onde, como dizem os entrevistados, 'a gente se reinventa' (Pereira; Gonçalves, 2024).

Políticas públicas contrastantes e a desigualdade territorial no município do Rio de Janeiro

A trajetória econômico-institucional do estado do Rio de Janeiro, com ênfase em sua capital, encontra-se indissociavelmente vinculada aos padrões desiguais de materialização das políticas públicas no espaço urbano. O traslado da capital federal para Brasília em 1960 marcou um ponto de inflexão crítico, acarretando não apenas a perda de centralidade política, mas uma desarticulação





progressiva do parque industrial e da capacidade de planejamento metropolitano. Esse processo de desmonte estrutural reverberou diretamente na qualidade e na distribuição territorial das políticas urbanas, criando assimetrias regionais que persistem até a contemporaneidade (Ximenes *et al.*, 2023, p. 1002).

Ao longo das décadas subsequentes, o município consolidou um padrão de fragmentação institucional crescente, particularmente acentuado nos anos 1980 – período marcado pelo diagnóstico tardio da crise fiscal e pela progressiva incapacidade de implementar políticas integradas de desenvolvimento urbano. As iniciativas de reativação econômica adotadas posteriormente, como a estratégia de megaeventos e os investimentos em infraestrutura de grande porte, revelaram-se profundamente assimétricas: ao privilegiar corredores específicos e áreas valorizadas, acabaram por reforçar dinâmicas de exclusão territorial preexistentes, aprofundando as disparidades intraurbanas.

Os bairros inseridos no circuito turístico-institucional da cidade – especialmente Copacabana, Ipanema, o Porto Maravilha e o entorno da Lapa – consolidaram-se como eixos privilegiados de investimentos em valorização urbana. Mega-eventos como os Jogos Pan-Americanos (2007), a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016) catalisaram volumosos recursos para infraestruturas de alto impacto (VLT, revitalização de orlas, requalificação do Centro Histórico), reforçando sua posição como vitrines da “cidade-espetáculo”.

Enquanto a orla recebia o VLT, moradores do Jacarezinho relatavam: ‘Os ônibus se negam a parar nos pontos próximos à favela’ (Pereira; Gonçalves, 2024). Essa contradição materializa o que Rolnik chamou de ‘urbanismo de guerra’ (2017): investimentos espetaculares para alguns, mobilidade precarizada para outros – mostrando como os megaeventos aprofundaram, em vez de reduzir, as assimetrias territoriais.

Em contraponto radical, territórios periféricos como o Jacarezinho e demais favelas suburbanas da Zona Oeste foram sistematicamen-

te excluídos desses fluxos de capital, relegados a políticas securitárias que transformaram operações policiais intensivas – como as que marcaram o período 2023–2024 (Pereira & Gonçalves, 2024) – em sua principal forma de “intervenção” estatal.

A política de segurança pública corporifica de forma paradigmática essa gestão territorial diferenciada (Caldeira, 2000). Como sintetiza um morador: ‘Aqui é operação todo mês, e ninguém vem perguntar o que a gente precisa’, segundo o Entrevistado 8 (Pereira; Gonçalves, 2024). Essa percepção ecoa os dados oficiais: 28 operações no Jacarezinho em 2023 contra apenas 5 no Vidigal (ISP, 2024), revelando como a ‘pacificação’ foi, na verdade, uma política de segregação armada.

Enquanto favelas geograficamente integradas aos circuitos do capital turístico – como o Vidigal – receberam investimentos massivos (R\$ 85 milhões em UPPs e urbanizações entre 2011–2016, segundo IPP, 2017) combinando pacificação armada com intervenções estéticas de alto valor simbólico, o Jacarezinho foi constituído como território de exceção permanente (Agamben, 2004), onde a militarização atingiu índices recordes: 28 operações policiais apenas em 2023 (ISP, 2024). Essa dualidade revela os mecanismos do que Rolnik (2017) denominou “urbanismo de guerra” – uma governança que: (1) mercantiliza áreas com potencial de valorização imobiliária, (2) segrega territórios pobres por meio do aparato repressivo, e (3) naturaliza a violência institucional como política de gestão da pobreza. O resultado é uma geografia urbana cindida, em que o direito à cidade se materializa de forma radicalmente desigual.

Embora programas como o Favela-Bairro (1994–2008) tenham representado uma mudança discursiva significativa – substituindo a política histórica de remoção de favelas (hegemônica até os anos 1990) por um paradigma de “integração urbana” (Pereira, 2022, p. 60) –, a materialização concreta dessa proposta revelou-se limitada. As assimetrias territoriais persistem de forma estrutural, evidenciando um abismo na alocação de recursos públicos: enquanto áreas de alta arrecadação recebem investimentos massivos em infraestrutura, incen-





tivos fiscais e serviços qualificados, os territórios periféricos permanecem submetidos a políticas compensatórias e fragmentadas. Como explica Rumba Gabriel: ‘Nada é estrutural’ – os equipamentos existem, mas operam em condições precárias, confirmando que mesmo quando o Estado chega, o faz de forma intermitente e insuficiente (Pereira; Gonçalves, 2024). Essa dinâmica consolida um padrão de desenvolvimento urbano excludente, em que a retórica da integração não se traduz em equidade socioespacial.

Esse cenário de desigualdade espacial tem como um de seus pilares centrais o modelo tributário municipal, profundamente vinculado à dinâmica da valorização imobiliária – processo que, nas palavras de Harvey (2018, p. 142), ‘transforma a cidade em um campo de lutas pela renda fundiária, em que a acumulação capitalista se alimenta da produção desigual do espaço urbano’. Dados oficiais demonstram que a arrecadação do IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana) e do ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis) concentra-se desproporcionalmente em enclaves de alto padrão – como Ipanema, Leblon e Barra da Tijuca –, onde os valores médios por imóvel superam em até 15 vezes os das regiões periféricas (Ximenes et al., 2023).

Essa distorção é agravada por três fatores estruturais: (1) a subnotificação cadastral nas áreas populares, (2) a desatualização crônica dos registros imobiliários, e (3) os altos índices de inadimplência decorrentes da precariedade socioeconômica. Os relatos dos moradores confirmam: ‘60% acham que teriam mais lazer em outros bairros’, mas esbarram na ‘recusa dos motoristas de aplicativo’ e na ‘oferta reduzida de transporte nos fins de semana’ (Pereira; Gonçalves, 2024). Essa mobilidade precária reforça uma limitação física que reproduz a exclusão social.

O resultado é um círculo vicioso: a baixa eficácia tributária nessas áreas limita os investimentos em infraestrutura e serviços, o que por sua vez desvaloriza ainda mais o território. Contudo, como alertam os autores, essa realidade não pode ser naturalizada como mera consequência do mercado, mas sim compreendida como produto histórico

de escolhas políticas que demandam revisão urgente por meio de mecanismos redistributivos mais equitativos.

Essa disparidade reflete o que Harvey (2012) caracteriza como “urbanização neoliberal”, modelo que subordina direitos coletivos à acumulação imobiliária. Para superar essa dinâmica – que Pereira (2022, p. 88) denominou “indústria de remoção”, analisando como políticas urbanas convertem despejos em mecanismos de regulação territorial –, é fundamental fortalecer instrumentos de gestão democrática do solo (Estatuto da Cidade, art. 43), redirecionar excedentes urbanos via fundos setoriais vinculados a moradia popular e implementar políticas intersetoriais com recorte territorial periférico. Como demonstra Pereira (2022, p. 91), quando favelas são tratadas como “zonas de sacrifício”, reforça-se um padrão de cidade que nega o direito à vida digna. A reversão desse quadro exige romper com a lógica da mercantilização do espaço.

A trajetória econômica fluminense, marcada por ciclos de industrialização (1950–1970) seguidos de decadência estrutural, revela não apenas a concentração espacial de investimentos, mas também a lógica perversa que orientou a localização de grandes projetos. O caso paradigmático de Santa Cruz – em que se instalaram a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) e complexos logísticos vinculados ao Porto de Itaguaí – ilustra essa contradição: embora classificado como “área prioritária” para programas habitacionais como o Minha Casa Minha Vida (a partir de 2009), o distrito permanece com IDH baixo (0,724 em 2010) e taxas de informalidade superiores a 40% (IBGE, 2020). Essa dissonância entre investimento produtivo e desenvolvimento local demanda um debate urgente sobre três eixos: (1) a opção por periferias extremas como zonas de expansão habitacional, que reforça a segregação socioespacial; (2) a ausência de contrapartidas sociais vinculadas a grandes empreendimentos; e (3) a desconexão entre políticas industriais e urbanas, que transforma territórios em “arquipélagos econômicos” desconectados do tecido urbano (Ribeiro, 2018).





As desigualdades socioambientais no Rio de Janeiro manifestam-se de forma dual: enquanto as periferias sofrem com a degradação de rios e encostas – agravada por urbanização precária e ausência de saneamento integrado –, a orla turística recebe investimentos massivos em obras paisagísticas e dragagens na Baía de Guanabara. Como reflete um entrevistado: ‘O sistema não quer estrutura aqui, porque se fizer, o morro desce’ (Rumba Gabriel) – frase que sintetiza o abandono ambiental como política deliberada (Pereira; Gonçalves, 2024).

Essa lógica seletiva é parcialmente mitigada por intervenções como o Parque Madureira (2012) e o Parque Natural Municipal de Deodoro (2020), cujo impacto demanda análise crítica. Embora representem conquistas simbólicas para as regiões suburbanas, sua função como “amortecedores sociais” permanece limitada: (1) localizam-se em áreas já consolidadas, não nas franjas mais precárias; (2) carecem de integração com políticas habitacionais e de mobilidade; e (3) reproduzem um modelo de “urbanismo verde” desconectado das urgências locais (como drenagem urbana) (Acselrad, 2022). Assim, mesmo quando aparentemente inclusivos, esses equipamentos mantêm a assimetria fundamental: o direito ao lazer e ao meio ambiente equilibrado continua sendo distribuído conforme a “geografia do privilégio”.

A combinação de heranças históricas, estruturas fiscais excludentes, planejamento territorial desigual e lógicas de desenvolvimento centradas na vitrine global sustenta um modelo de urbanização que privilegia os territórios de visibilidade em detrimento das favelas suburbanas como o Jacarezinho. É nesse contexto que se faz necessário discutir as formas de inserção da favela no projeto de cidade e exigir a reversão dessa geografia seletiva das políticas públicas.

Como demonstram os relatos dos moradores, a ‘geografia do privilégio’ não é abstrata: ela se materializa em ‘ônibus que não param’, ‘projetos que começam e não terminam’, e ‘operações que matam mais que investem’. Reverter essa lógica exige mais que políticas pon-

tuais – demanda reconhecer o Jacarezinho e favelas suburbanas como parte integrante da cidade, com direito pleno à urbanização.

O Jacarezinho como expressão das experiências periféricas: entre o abandono e a resistência

A favela do Jacarezinho, situada na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, sintetiza de forma contundente as contradições da urbanização desigual da metrópole carioca. Longe das paisagens valorizadas da zona sul e do centro turístico da cidade – frequentemente privilegiados por investimentos e políticas de ordenamento –, o Jacarezinho materializa a negligência estrutural do Estado frente às favelas situadas no chamado “subúrbio ferroviário”.

A trajetória dessa favela, que passou por uma suburbanização, evidencia um processo histórico de exclusão territorial sistemática, no qual a presença do Estado se manifesta de maneira esporádica, seletiva e, muitas vezes, violenta. Em vez de políticas públicas consistentes e integradas que respondam às demandas locais, como saneamento, mobilidade, educação e cultura, o que se observa é uma lógica de presença marcada por ações emergenciais, militarizadas e orientadas por interesses que extrapolam as necessidades da população. Como na fala do Entrevistado 11: ‘Muitos projetos acabaram tendo o seu fim pouco tempo depois por causa da violência’ (Pereira; Gonçalves, 2024)

Essa assimetria revela-se ainda mais evidente quando comparada ao tratamento dispensado a outras favelas localizadas em regiões centrais ou turísticas da cidade. Como argumenta Valladares (2005), há uma hierarquização tácita das favelas, em que aquelas com maior visibilidade internacional ou proximidade com zonas nobres tornam-se alvo de programas de “integração” que, embora também carreguem contradições, contam com maiores recursos e articulações institucionais. No caso do Jacarezinho, mesmo programas emblemáticos como o “Cidade Integrada” reforçaram o caráter pontual e performático da ação estatal, sem produzir transformações estruturais no cotidiano da população.





A análise das experiências vividas pelos moradores do Jacarezinho revela que ser favelado em uma favela suburbana envolve enfrentar um cotidiano marcado pela precariedade de serviços básicos, pela estigmatização social e pela violência institucional. O território é constantemente associado a uma geografia do perigo e do crime (Pereira; Gonçalves, 2024), o que justifica, aos olhos do poder público e da opinião pública, o uso de políticas de controle e repressão como forma predominante de intervenção estatal. Ao mesmo tempo, essas experiências não são passivamente aceitas. Elas engendram práticas cotidianas de resistência, de cuidado e de resistência, que se expressam em coletivos culturais, mobilizações comunitárias, redes de solidariedade e formas próprias de reivindicação de direitos.

Essa dinâmica evidencia que a desigualdade urbana não se resume à carência de infraestrutura física, mas também envolve a dimensão simbólica e política do pertencimento urbano. Para Rolnik (2017), o direito à cidade é negado não apenas pela ausência de políticas, mas pela negação do reconhecimento da legitimidade desses territórios como parte integrante da cidade. No Jacarezinho, essa negação se expressa tanto pela omissão das autoridades quanto pela forma como os próprios moradores precisam constantemente afirmar sua humanidade, sua identidade e sua condição de cidadãos plenos.

Portanto, a análise do Jacarezinho como favela suburbana permite compreender como o espaço urbano do Rio de Janeiro é marcado por processos desiguais e seletivos de urbanização, que produzem experiências distintas de ser favelado. Ao privilegiar intervenções nas favelas “estratégicas” da cidade e negligenciar aquelas situadas em regiões menos valorizadas economicamente, o poder público aprofunda a fragmentação socioespacial e reforça estigmas históricos que ainda pesam sobre as periferias urbanas.

Contudo, é a partir dessa margem que emergem também outras narrativas e projetos de cidade. A favela do Jacarezinho, com sua história de luta, sua produção cultural e sua potência coletiva, desafia os discursos

hegemônicos sobre o que é o urbano e quem tem o direito de ocupá-lo. Assim, o reconhecimento das experiências periféricas como centrais para pensar a cidade é também um convite à construção de novas formas de urbanidade, baseadas na justiça territorial, no reconhecimento das diversidades e no combate às desigualdades estruturais.

Conclusão

Este artigo demonstrou que o processo histórico de urbanização do Rio de Janeiro produziu uma hierarquia territorial que gera experiências faveladas profundamente distintas, determinadas pela localização de cada favela no espaço urbano. Enquanto comunidades situadas em áreas centrais ou turísticas se tornam vitrines de intervenções amplamente divulgadas, favelas periféricas e suburbanas — como o Jacarezinho — permanecem à margem do investimento público continuado, recebendo sobretudo a presença seletiva e militarizada do Estado, como atestam seus moradores: “Pois [o Jacarezinho] fica localizado numa parte mais pobre do Rio e também acaba passando despercebido” (Pereira; Gonçalves, 2024).

Ao reconstruir a trajetória do Jacarezinho, evidenciamos como seu passado industrial, a proximidade com a malha ferroviária e, depois, o esvaziamento econômico dos anos 1980 moldaram um território simultaneamente Favela e Subúrbio. Essa dupla condição aprofunda o estigma: o lugar é visto como distante, perigoso e improvável de retorno simbólico ou financeiro — razões centrais para a sistemática negligência orçamentária. Programas recentes, como o Cidade Integrada, ilustram esse padrão: anunciados como pacotes de desenvolvimento, acabam reduzidos a ações pontuais, quase sempre precedidas ou acompanhadas por ocupação policial, sem participação efetiva dos moradores nem continuidade de políticas sociais.

A análise das entrevistas mostrou que, nesse contexto, ser favelado suburbano envolve enfrentar precariedades intensificadas — sobretudo na mobilidade, no lazer e no acesso a serviços públicos — e conviver com a violência institucional como forma dominante de presença



estatal. Programas como o Cidade Integrada exemplificam essa lógica: “Os moradores desaprovam o programa, relatando que a presença policial aumentou a sensação de insegurança, prejudicou o comércio local e limitou atividades de lazer”³. Essa realidade confirma a percepção dos entrevistados de que são vistos como “área de risco permanente”, não como cidadãos com direitos.

Ao mesmo tempo, a pesquisa revelou potências de resistência: redes de solidariedade, coletivos culturais e mobilização comunitária que se reinventam para suprir ausências históricas do poder público. A identidade suburbana, longe de ser apenas um estigma, é ressignificada pelos moradores: “Por conta da ocupação territorial somada à movimentação dos moradores e os hábitos presentes no espaço”⁴. Essa agência cotidiana confirma a noção de Milton Santos (2012), de que “o território vale pelo uso”; no Jacarezinho, o território é continuamente ressignificado pelos seus moradores, que produzem cidadania em contramão da geografia do privilégio.

Reconhecer a categoria “favela suburbana” como ferramenta analítica é, portanto, essencial para romper com interpretações que homogeneizam a favela carioca. Ela ilumina como a localização — não apenas a condição de informalidade — determina o grau de acesso a direitos, a forma de intervenção estatal e as possibilidades de construção identitária dos moradores. Ao evidenciar essa diversidade interna, o artigo contribui para deslocar o foco acadêmico e político das favelas mais visíveis para aquelas historicamente invisibilizadas.

Por fim, os achados apontam a urgência de políticas públicas territorializadas e participativas que revertam a lógica de distribuição seletiva de recursos. Isso implica planejar ações que articulem segurança, infraestrutura e cultura sob liderança comunitária, com financiamento estável e metas pactuadas localmente. Apenas assim será possível superar a reprodução da desigualdade urbana e garantir que todos os territórios — inclusive os suburbanos — sejam reconhecidos como parte legítima e plena da cidade.

Em síntese, o estudo do Jacarezinho confirma que, no Rio de Janeiro, o lugar define o favelado: onde o Estado escolhe investir — ou omitir-se — molda experiências, oportunidades e futuros. Mas também prova que territórios marginalizados podem reescrever suas geografias. Tornar essa “geografia de privilégios” visível é o primeiro passo para transformá-la.

Referências

ABRAMO, Pedro. **A cidade da informalidade**: o desafio das cidades latino-americanas. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2003.

ABREU, Maurício de A. **“Evolução urbana do Rio de Janeiro”**. Rio de Janeiro: Iplanrio/Zahar, 1987. *Apud* PEREIRA, Bruna Domingos; GONÇALVES, Rafael Soares. Favela não é tudo igual: definindo a categoria de estudo “favelas suburbanas” através da história e vivência da Favela do Jacarezinho. 2024. 81 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

ACSELRAD, H. **Justiça ambiental e construção social do risco**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALVES, G. **A favela como dado**: estatística e poder no Rio de Janeiro. Rio: 7Letras, 2019.

AZEVEDO, L. **Políticas urbanas no Rio**: entre o discurso e a prática. Revista Brasileira de Planejamento Urbano, 2005.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Relatório de Avaliação do Programa Favela-Bairro**: Investimentos por Comunidade (1995–2000). Washington: BID, 2001. 45 p. (Relatório Técnico n. 045/2001). Disponível em <<https://publications.iadb.org>>

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos**: um Haussmann tropical – A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1990.

BERTAMÉ, Rodrigo Cunha Bertamé. **Rizomas suburbanos**: possíveis ressignificações do topônimo subúrbio carioca através dos afetos. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2016.





BRASIL. Ministério das Cidades. **Portaria n.º 254/2007** – Diretrizes do PAC Favelas. Diário Oficial da União, 2007.

CALDEIRA, T. P. R. ***Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo***. São Paulo: Edusp, 2000

CDDH (Comissão de Direitos Humanos). **Relatório Violência Policial nas Favelas Suburbanas: o caso do Jacarezinho**. Rio de Janeiro: ALERJ, 2017.

DEFESA CIVIL-RJ. Relatório de Áreas de Risco: Favela do Jacarezinho (n. 145/2021)*. 2021. Disponível em: <<http://www.defesacivil.rj.gov.br/publicacoes>>.

ESTATUTO DA CIDADE. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 6 nov. 2025.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. **O rapto ideológico da categoria subúrbio**: Rio de Janeiro, 1858–1945. Brasília: Apicuri, 2011.

FIX, M. Parceiros da exclusão: duas histórias da construção de “cidades globais” em São Paulo. São Paulo: Boitempo, 2001.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2012.

HARVEY, D. **A loucura da razão econômica**: Marx e o capital no século XXI. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 137–169.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Aglomerados Subnormais**: informações territoriais. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101717> . Acesso em: 6 nov. 2025.

IPEA. **Diagnóstico das Comunidades Cariocas**: infraestrutura urbana e desigualdades. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

IPHAN. **Favelas cariocas e representação visual**. Rio: IPHAN, 2018.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS (IPP). ***Painel de investimentos em UPPs: 2011–2016***. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.data.rio/datasets/ipp::painel-upp/explore>. Acesso em: 17/5/2024.

ISP (Instituto de Segurança Pública). ***Distribuição do efetivo das UPPs por Região Administrativa – 2016***. Rio de Janeiro: ISP, 2016.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA (ISP). ***Dados consolidados de operações policiais: 2023***. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=48>. Acesso em: 17/5/2024.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008 [1968].

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Original publicado em 1974).

LINS, Carlos. **Etimologias urbanas**: a linguagem e a segregação espacial no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Editora Letra Capital, 2010.

MICELI, Bruna Santos. O desenvolvimento do espaço urbano do Rio de Janeiro: principais observações a partir do Paço da Cidade. *In*: Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 1. [2023], [s.l.]. **Anais...** [s.l.: s.n.], 2023. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simpósio/MICELI_BRUNA_S.pdf.

OLIVEIRA, F. Favelas e ditadura: o controle territorial no Rio. Rio: FGV, 2018.

PEREIRA, Bruna Domingos. A “indústria de remoção” presente nas políticas de urbanização nas favelas da cidade do Rio de Janeiro. *In*: ALCHORNE, Sindely (Org.). **Assistência social e direitos humanos**. v. 3. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. p. 55-95.

PEREIRA, Bruna Domingos; GONÇALVES, Rafael Soares. **Favela não é tudo igual: definindo a categoria de estudo “favelas suburbanas” através da história e vivência da Favela do Jacarezinho**. 2024. 81 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

PERLMAN, Janice. **O mito da marginalidade**: favelas e política no Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Habitação (SMH). **Relatório Anual de Investimentos em Urbanização de Favelas**: Dados Comparativos 2010-2023. Prefeitura do Rio de Janeiro, mar. 2023. 78 p.

RIBEIRO, L.C.Q. **Metrópoles brasileiras**: síntese da transformação na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

RIO DE JANEIRO. **Decreto Municipal nº 32.187/2010**. Institui o Programa Morar Carioca. Diário Oficial do Município, 2010.

RIO DE JANEIRO. **Lei Complementar n.º 181/2017** (Plano Diretor Decenal). Diário Oficial do Município, 5 jan. 2018. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-rio-de-janeiro-rj>. Acesso em: 27 maio. 2025.

ROCHA, Daniel Albuquerque; GONÇALVES, Rafael Soares. **História e memória de Guadalupe, um bairro do subúrbio carioca**: das explosões do paiol às intervenções da Fundação da Casa Popular. 2022. 141 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.



ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. *A urbanização desigual*. São Paulo: EdUSP, 2000.

SANTOS, Milton. *Milton Santos: o espaço da cidadania e outras reflexões*. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2012.

SMH (Secretaria Municipal de Habitação). *Relatório de Execução: Morar Carioca no Jacarezinho*. Prefeitura do Rio de Janeiro, 2014.

SMH. *Relatório Cidade Integrada: Alocação de Recursos por Território* (2023). Disponível em: <<https://prefeitura.rio/habitacao/>>. Acesso em: 28 maio. 2025.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO (SNIS). *Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto no Rio de Janeiro - 2023*. Ministério das Cidades, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos/DIAGNOSTICO_TEMATICO_VISAO_GERAL_AE_SNIS_2023.pdf. Acesso em: 6 nov. 2025.

SOTO, William Héctor Gómez. *A cidade, o subúrbio e a periferia*. Rio Grande do Sul: UNISIC, 2008.

SOUZA E SILVA, J. *Favela: alegria e dor na cidade*. Rio: Editora UFRJ, 2016.

TORRES, Pedro Henrique Campello. *“Avenida Brasil - Tudo passa quem não viu?”: formação e ocupação do subúrbio rodoviário no Rio de Janeiro (1930–1960)*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 20, p. 287–303, 2018.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VAZ, L. *Favela e mídia: histórias de uma invisibilidade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

VAZ, Lilian. *Intervenções urbanas em favelas: a persistência da lógica da exceção*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

WILLIAMS, D. *Modernismo e marginalidade: a favela como símbolo na arte brasileira*. São Paulo: EDUSP, 2021.

XIMENES, L. A.; CARDOSO, A. L.; LUFT, R. M. Política de urbanização de favelas no Rio de Janeiro: dimensões institucionais e normativas. **Cadernos Metrópole**, v. 25, n. 58, p. 993–1015, dez. 2023.

Notas

- 1 Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais (LEUS)/Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). ORCID nº <https://orcid.org/0009-0009-0243-8958>. E-mail: brunadomingos2023@gmail.com
- 2 SANTOS, N. P. Rio 40 Graus. 1955. Filme seminal do cinema novo que retrata a vida em cinco favelas cariocas, rodado em locações reais. Disponível no acervo digital da Cinemateca Brasileira: <www.cinemateca.gov.br> Acesso em: 26 maio. 2025.
- 3 Avaliação sobre os impactos do programa Cidade Integrada produzido pelo Instituto LabJaca, agosto de 2022. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1j-Ch1YskCPdYNzVB-AL8XIfgY2NikFORv/view>
- 4 Entrevistado 5 em PEREIRA; GONÇALVES, 2024.

